

DESINFORMAÇÃO NA SAÚDE

Maria José Maninha

Ao assumirmos o governo em 1996, foi feito um minucioso levantamento dos problemas vigentes no setor saúde, desde suas instalações físicas, até a disponibilidade de recursos humanos e seu grau de deficiência no que tange à sua atualização técnica.

Encontramos uma rede sucateada, com uma carência quantitativa de recursos humanos, apesar do elevado grau de competência e dedicação de sua maioria. Reduzidos investimentos no setor, tanto para a implantação de novas e necessárias unidades, quanto para a manutenção das já existentes, foi um legado que herdou este governo ao deparar-se com a missão de administrar tão importante setor, realidade também enfrentada nos setores de educação, segurança e outros vitais para os habitantes de Brasília.

Consternou-nos deparar com as informações da sra. Ana Lúcia Lobato, referentes à sequência de desinformações enfrentada, principalmente acompanhando seu filho enfermo, cujo quadro mantinha semelhanças com o da dengue, patologia que tão intensamente esta Secretaria e toda sociedade brasiliense vêm enfrentando. O Distrito Federal tem a tradição de, exitosamente, barrar a entrada de doenças que coletivamente vêm afetando a população do resto do país, tais como a Cólera, a Raiva Humana, a Poliomielite, antes mesmo de sua erradicação em nível nacional, o Tétano Neonatal, a própria Dengue, e diversas outras patologias temidas pelas autoridades sanitárias das demais Unidades da Federação.

Conquistamos, no ano passado, a menor taxa de mortalidade infantil do Brasil, asso-

ciada a menor taxa de mortalidade materna, a maior cobertura vacinal em crianças menores de um ano, enfim, diversos indicadores de qualidade de serviços de saúde, incluindo o atendimento direto à população e a atenção à saúde coletiva daqueles que aqui residem.

A desinformação, numa extensa rede de serviços públicos de saúde, que anualmente realiza mais de 5 milhões de consultas médicas, através de um sistema descentralizado e hierarquizado de atenção à saúde, é uma realidade, ainda que lamentável, e merecedora de veementes cobranças e permanente busca de soluções. Este Governo não assumiu o setor saúde voltado apenas a reflexões internas, com a participação exclusiva de técnicos da área. Acreditamos que o controle social, além de fazer parte dos termos legais sanitários vi-

gentes, é uma bandeira que deve ser defendida. O posicionamento da senhora Ana Lúcia, frente à sua dor e perplexidade, ainda que equivocada nas comparações feitas, nos aponta à participação permanente da população na identificação de problemas que, fatalmente, ainda existem no setor, realidade vivenciada em qualquer lugar do mundo.

O que nos difere é a franqueza e a transparência de como lidar com eles, bem como a busca incessante de possíveis soluções. Tal busca nos fez deflagrar a mais ousada das missões do setor, a de realmente reformular o modelo de atenção à saúde de população, através de um novo processo — a estratégia do programa Saúde em Casa.

■ Maria José Conceição Maninha é secretária de Saúde — DF